

## **Patrimônio cultural e memória social na Ilha de Moçambique**

Lúcia Laurentinaa Omar<sup>1</sup>

Euler Sandeville Júnior<sup>2</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i18p4-28>

### **Resumo**

Abordamos implicações na constituição do patrimônio cultural na Ilha de Moçambique, com especial atenção às contradições que esse patrimônio vem abrigando na delimitação de seu campo ideológico, simbólico e afetivo, bem como as distâncias entre as representações desse patrimônio para setores técnicos e a população da Ilha. O artigo apresenta o tema memória e patrimônio confrontado com entrevistas com habitantes da Ilha. Os resultados permitiram perceber que sua salvaguarda se depara com imensas dificuldades institucionais (inclusive na aproximação do plano internacional com o local), culturais e econômicas e com uma distância entre anseios e necessidades populares legítimas que, caso não seja revertida, acabará por comprometer o patrimônio material e imaterial de todos que partilham o lugar.

**Palavras-chave:** Monumento. Patrimônio histórico. Memória social.

### **Cultural heritage and social memory in the sland of Mozambique**

#### **Abstract**

We discuss implications in the cultural heritage of the island of Mozambique, with particular attention to the contradictions generated by the delimitation of its ideological, symbolic and affective fields, as well as the distance between this heritage's representations for technical segments and the island's population. The article analyzes memory and heritage while presenting interviews with inhabitants of the island. Through the results, it was possible to realize that the protection of the island's heritage and memory faces immense difficulties – institutional (including bringing local and international plans together), economic and cultural – and is very distant from the legitimate needs and concerns of local population. If that does not change, it will eventually compromise the tangible and intangible heritage of all those who share the island.

**Keywords:** Monument. Cultural heritage. Social memory.

#### **1 Introdução**

Quando se fala do patrimônio histórico na Ilha de Moçambique, rapidamente vem à mente das pessoas a ideia dos fortins, fortaleza, palácios, templos, igrejas e mesquitas, o conjunto de casarões típicos do modelo indo-português e de outros povos que marcaram a sua presença nesta parcela do país. O auge do patrimônio histórico-cultural data entre os séculos XVI e XX. O reconhecimento do seu valor histórico lhe valeu, em 1991, a inclusão na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

No entanto, associar o patrimônio cultural prioritariamente a esses monumentos levaria ao esquecimento do valor histórico de todo o conjunto das práticas culturais da população que vivencia esses bens, estabelece o ambiente que os significa de modo peculiar e de toda a difícil participação que houve na construção dos mesmos. O distrito e o município da Ilha de Moçambique é formado por uma porção insular e uma continental. Neste artigo, Ilha refere-se sempre à porção insular.



Figura 1 – Comércio informal. Foto: Lúcia Omar, Fevereiro, 2012.

Para a clareza deste artigo, é ainda necessário reconhecer diferentes tipologias na Ilha de Moçambique, marcadas por processos de constituição que também são de exclusão e hoje tornam bastante complexa a definição e preservação do patrimônio da Ilha. Se observarmos, a própria linguagem comum e técnica registra essa segregação através do idioma, reservando o português para designar o material construtivo (pedra e cal) da cidade portuguesa, e o *emakwa* (significando a folha de palmeira que recobre as construções pobres) para designar a cidade cuja ocupação começou com os escravos que vinham trabalhar na construção da Cidade de Pedra e Cal.

Nos séculos XVI e XVII, registrou-se o desenvolvimento do núcleo urbano, marcado pelas edificações ao longo da baía na costa norte da Ilha. O trabalho da exploração da pedra para as construções era executado por escravos vindos em sua maioria do continente, os quais, numa primeira fase, eram alojados nos quintais das grandes casas existentes na Cidade de Pedra e Cal. À medida que a pedra para construções se esgotava, o local de extração era gradualmente ocupado por palhotas para os escravos (por isso uma parte da Cidade de Macuti está abaixo do nível do mar). A administração autorizava-os a construir palhotas temporárias e precárias com dimensões não superiores a 25 m<sup>2</sup> para sua instalação durante o período em que estivessem envolvidos em trabalhos intensivos na Ilha (porção insular).

A partir de 1868, houve uma liberalização para a ocupação da Ilha pela população negra, que entretanto, deveria se restringir a Macuti. De acordo com Pereira (1994, p. 12), em 1868 a Postura Camarária estabeleceu a linha divisória da costa (atual mercado do peixe) à contra-costa (Alto Mrangonha). Ao sul da linha divisória ficaria o denominado “Bairro Indígena”. Essa linha limitava também os usos: só ao sul se permitiam usos indesejados na Cidade e Cal como pedreiras, currais, matadouros, fornos de cal, depósitos de lenha ou carvão. Estabeleceu-se, a partir desse período, a proibição de construir ou reconstruir palhotas dentro da Cidade e definiu-se que todas anteriormente construídas fossem destruídas em um prazo de cinco anos, tendo, no entanto, a Câmara se responsabilizado por indenizar os proprietários.



Este é o início dessas inscrições na língua – a Cidade de Pedra e Cal e Macuti –, que remetem às demarcações sociais que hoje definem também a institucionalização do patrimônio da Ilha, entretanto sem um aprofundamento dos significados nesse processo institucional. Essa condição é registrada nos documentos oficiais, sem consideração na prática a essas desigualdades como veremos adiante, e, portanto, marca a constituição do seu patrimônio com campos simbólicos e existenciais muito complexos, cuja postulação é também muito recente para que se tenham aprofundados esses significados, uma vez que a dominação colonial persistiu até a década de 1970.

Ainda durante o domínio do Governo Português em 1955, a Ilha de Moçambique, mais especificamente o núcleo urbano (a Cidade de Pedra e Cal) foi classificada como Imóvel de Interesse Público, com exceção da zona ocupada por construções tradicionais na cidade de Macuti, consideradas temporárias, tendo nessa altura responsabilizado a Câmara Municipal para delimitar as zonas em causa. Em seguida, foram definidas medidas relacionadas com as intervenções arquitetônicas a fazer.

Sua constituição como patrimônio cultural ocorreu em um contexto inicialmente de conflito entre forças de libertação nacional e forças de dominação colonial, o que já contribuiu para colocar uma série de condicionantes desse patrimônio. Historicamente, a cultura funcionou para o povo moçambicano como um veículo na reafirmação da identidade moçambicana e de protesto contra a dominação colonial durante cinco séculos, e foi a componente importante da luta de libertação em virtude da sua relação intrínseca com o despertar da consciência nacionalista.

Foi nesse entendimento que, em 1966, em plena guerra, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) criou o Departamento da Educação e Cultura (DEC). O conhecimento, a promoção, a valorização e a preservação da cultura em Moçambique começam a merecer a sua maior atenção pouco antes da proclamação da independência nacional, quando, em fevereiro de 1975, foi realizada a I Reunião Nacional dos Comitês Distritais da FRELIMO e pela primeira vez foi criado em Moçambique o Ministério da Educação e Cultura (MICULT, 2011, p. 2). Após a independência nacional, em junho do mesmo ano, afirmou-se que a valorização da cultura seria a condição fundamental para a consolidação da unidade nacional e da identidade individual e de grupo. Em momentos posteriores, a constituição do patrimônio em Moçambique ocorreu em meio a disputas internas pelo poder, de reconhecimento de peculiaridades locais, de esforços pela reinserção no cenário internacional que também deseja um novo diálogo com o país (OMAR, 2013).

Em 1982, o Estado Moçambicano ratificou a Convenção da Unesco de 1972, definindo a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, abrindo caminho para que, em 1991, a Ilha de Moçambique fosse declarada Patrimônio Mundial da Humanidade. Em especial, a inclusão da ilha de Moçambique no patrimônio mundial e os esforços para a sua proteção como patrimônio nacional mantêm inscritas em sua materialidade essas contradições e valorações de um modo dramático. Mais grave, se considerarmos a carência de recursos no governo local para enfrentar a construção do país e conservação desses monumentos, ficando na dependência de recursos externos que não são garantidos por sua inclusão no patrimônio mundial. A complexidade e as consequências dessas implicações merecem outro artigo, de modo que nos limitaremos aos aspectos desta temática específica.

A declaração da Ilha como Patrimônio Cultural da Humanidade incluiu, de uma forma geral, todo o conjunto urbano, constituído pela Cidade de Pedra e Cal e por Macuti – uma divisão que nunca teve base jurídico-administrativa formal, que surgiu no contexto da colonização, como vimos. Contudo, a essa divisão espacial segregacional correspondeu uma autêntica clivagem socioeconômica e cultural desde o período colonial, visto que a Cidade de Macuti, por exemplo, sempre foi uma zona com um nível social e econômico vulnerável em relação à sua congênere, fato que mesmo nas atuais políticas de conservação e preservação, torna difícil encontrar os mecanismos de gestão global.



Figura 3 – Transformações de casas tradicionais de Macuti em casas convencionais. Foto: Lúcia Omar, fev. 2012.

O que se verifica é que as inúmeras ações de conservação, preservação e restauro do patrimônio centram-se, sobretudo, no patrimônio imóvel da Cidade de Pedra e Cal, o que entra em conflito com a definição do que é o patrimônio cultural entre membros que vivenciam o espaço na Ilha de Moçambique e, conseqüentemente, a salvaguarda do mesmo. Essa distinção, portanto, não é apenas morfológica (ou tipológica), histórica e normativa, e é bastante presente impregnando o sentido desses locais para a população, atenta às suas contradições:

Apesar de sentir que esse patrimônio só valoriza a Cidade de Pedra e Cal, e não o que é realmente dos nativos, a patrimonialização da Ilha de Moçambique significou para nós prestígio no mundo, a Ilha de Moçambique passou a ser conhecida e dela se fala em todo o mundo.<sup>3</sup>

Um dos primeiros passos para responder a esse propósito, ainda na segunda metade da década de 1970, foi o incremento de intercâmbios culturais em nível nacional<sup>4</sup>. Seguido de criação de comissões para coleta e estudos de todas as manifestações culturais do país, baseando-se na vida do povo e em hábitos culturais; experiências na medicina tradicional; guerras tribais; guerras de resistência à penetração estrangeira; períodos antes, durante e depois do colonialismo português; experiências na luta clandestina, na Luta Armada de Libertação Nacional e experiências que iam sendo adquiridas, entre outros aspectos (ARPAC, 1986). Anos subsequentes foram caracterizados pelas contínuas campanhas de coleta, registro de vários aspectos da cultura e tradições locais, por formações de órgãos de gestão do mesmo patrimônio e leis visando a sua proteção legal.

No entanto, as contradições são mais profundas ainda, e igualmente percebidas por lideranças populares. Apesar da contínua divulgação da importância da preservação do patrimônio cultural no país e da criação de instrumentos legais para tanto, a sua realidade mostra-se marcada pela desigualdade com que os aspectos culturais são tratados e pela não participação da população na definição do que é importante a ser preservado. Esse distanciamento favorece a maior degradação de bens tombados, pois há falta do sentimento de pertencimento por parte da população que com ela partilha o espaço, sendo que o pertencimento é um dos fatores importantes (não o único) que justifica a constituição de um patrimônio. Por exemplo, os bens coletados no período da campanha nacional de preservação do patrimônio em Moçambique não se encontram no Museu da Ilha de Moçambique, declarada Patrimônio Mundial

da Humanidade, em contrapartida, estão lá relíquias daqueles que dominaram o país.

Primeiro aspecto, como eu disse, para a conservação do patrimônio é que todos nós devemos sentir os benefícios da existência desse patrimônio nas nossas vidas. Enquanto nós não sentirmos os benefícios que este patrimônio gera, e simplesmente beneficiar aos terceiros, por que razão nós vamos conservar, por que é que eu devo conservar o patrimônio quando o benefício é só seu, e não é meu, por quê? Então, essa questão pode ser simples, mas a solução desse problema passa pela solução do processo dessa instituição, como todas as casas da Ilha de Moçambique Cidade de Pedra e Cal, a Ilha de Moçambique parece uma casa entre a casa do rico e a dependência do escravo. Portanto aqui no hospital, ao lado desse edifício da fundação é o limite entre a casa dos escravos e as casas dos ricos. O que é que isso dá, é que os ricos na Cidade de Pedra e Cal estão a construir hotéis para receber turistas que vêm ver as casas de Macuti e as mesmas casas de pedra e cal, agora essas pessoas estão ficando ricas à custa de uma identidade cultural de pessoas que cada vez mais estão ficando pobres; e por que razão eu devo continuar a manter essa casa de Macuti se a riqueza não é minha? Isto é razão porque eu digo que o patrimônio está desintegrado, as casas de pedra e de Macuti têm de ser da propriedade dessa mesma comunidade, essa riqueza deve ser equitativamente partilhada<sup>5</sup>.



Figura 4 – Museu da Ilha de Moçambique. Foto Lúcia Omar, 2012.

As sociedades frequentemente buscam construir sua identidade, definir seus parâmetros de pertencimento, recorrendo ao passado. É através da história da vida da comunidade de um determinado lugar, e das gerações anteriores, que são procuradas as ligações entre presente e passado. Portanto, as sociedades contemporâneas desenvolveram formas institucionais para a guarda de suas histórias, suas memórias, seu patrimônio. Essa institucionalização, entretanto, se dá em momentos históricos,

de modo que essa guarda não é uma condição natural, mas representa escolhas: são construções.

Isto significa que a história e a memória social são construções históricas, ideológicas, e simbólicas, e que sua institucionalização como patrimônio é assim uma construção sobre construções anteriores. Mas este não é um acontecimento linear, é um processo dialético. De modo que as “memórias de um povo” também são construídas através da interação proporcionada pela constituição de seu patrimônio cultural, que não só se encontra em monumentos histórico-arquitetônicos, mas também em todo o conjunto das práticas culturais da comunidade e que necessitam da sua preservação e restauração. O ato de conservar assenta-se, portanto, em escolhas e decisões complexas. A própria ideia de “memória de um povo” integra uma construção ideológica que é a de povo e de nação<sup>6</sup>.

Como se vê, há diferentes percepções do patrimônio e da cultura tensionadas entre os documentos técnicos, as instituições e as lideranças populares. Em muitos dos depoimentos reunidos na pesquisa<sup>7</sup>, a população mais pobre, ou pelo menos suas lideranças, incorporam a importância do patrimônio de forma crítica e aguda diante das necessidades e desigualdades em que a percebem. Essa condição deixa entrever o diálogo ainda tenso e inconcluso entre valores internacionais e nacionais, entre técnicos de formação universitária e população residente que se ressentem das dificuldades de natureza social e simbólica da oposição, ainda muito recente, entre a liberdade e a colonização. É nesse contexto que este artigo coloca em discussão algumas implicações dos conceitos do patrimônio histórico-cultural e alerta para o fosso ainda existente na participação da população para a sua salvaguarda. Neste sentido, não se aborda aqui a problemática da constituição e gestão do patrimônio moçambicano, mas se apresentam algumas conexões ainda tensas entre o campo conceitual e simbólico mobilizado. Há que reconhecer que a construção desse patrimônio e de uma história nacional está sujeita a desigualdades que se prolongaram por muito tempo e com grande sofrimento, e que não houve tempo, nem autonomia, nem distância suficiente para a reelaboração dessa história.

A proteção do patrimônio no país segue a clássica distinção entre patrimônio material e imaterial, e neste artigo nossa abordagem é realizada a partir da dimensão espacial desse patrimônio. Pelo alcance do artigo, não tratamos das tradições e práticas. Reconhecemos uma imbricação entre o chamado patrimônio material e imaterial, que não cabe apenas na distinção dos suportes e registros, mesmo quando se fala do patrimônio edificado, pois destituídos de sua ambiência ficariam também parcialmente ou integralmente destituídos de sentido. A partir desse entendimento, este artigo



considera uma condição de ambiência na significação do patrimônio construído que não se limita ao entorno, mas se revela em sua inserção cultural e social.

## **2 Patrimônio e memória social: sentimento crítico da população na Ilha de Moçambique**

Os estrangeiros que chegam à Ilha compram as casas dos nativos e transformam-nas em grandes hotéis e ganham dinheiro às nossas custas. Porque se os turistas vêm a Ilha de Moçambique, vêm ver a nós, a nossa cultura, e nós que somos donos de tudo continuamos na pobreza<sup>8</sup>.

O termo “memória”, tanto em grego *mnemosyne* ou em latim *memoria*, denota conservação de uma lembrança. É um termo utilizado por várias ciências, sendo absorvido pelas novas correntes historiográficas. Para os gregos, o termo “memória” estava recoberto por um halo de divindade, pois referia-se à “deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protegem as artes e a história” (CHAUI, 2005, p. 138). Segundo esta autora, “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total.”

De acordo com Le Goff (1996, p. 476-477), as lembranças do passado são mantidas pelos grupos humanos em lugares de memória, como museus, centros culturais, monumentos arquitetônicos e arquivos. Esses lugares significativos buscam guardar e resgatar vestígios e signos da vida ao longo dos tempos para a preservação dos fatos selecionados e atribuição de sentidos. Assim, a memória social se cristaliza em objetos, construções e monumentos, mas também em tradições, práticas e narrativas. De onde a preservação de um patrimônio histórico frequentemente se justifica diante de uma perda ou de seu risco, ou seja, se supõe, com muitas razões para tanto, que a destruição dos referenciais históricos que estabelecem uma memória social pode resultar em um estranhamento ou empobrecimento do indivíduo na relação com o seu entorno.

É neste contexto que Zanirato (2006) alerta para o cuidado que se deve ter na definição do que deve ser preservado em uma sociedade, em uma comunidade, e para a necessidade de pensar no conceito de patrimônio de modo abrangente, no sentido de não centrar em prédios e monumentos que preservam a memória de poucos, mas naquilo que se refere a todos como conteúdo simbólico que descreve os diferentes grupos formadores da identidade nacional e só assim fará essa sociedade e essas comunidades se sentirem parte do patrimônio. Então, o patrimônio cultural deve ser visto como o conjunto de bens reconhecidos pela sociedade através de

símbolos que representam essa produção do passado, que no caso de Moçambique vem marcado pela opulência da dominação colonial em contraste com as condições de vida, agravada pelas lutas de independência, ainda muito recentes.

Essas indagações entram em concordância exatamente com o pronunciamento feito por Fonseca (2003), de que os lugares considerados como patrimônio cultural tendem a privilegiar somente alguns grupos sociais, ligados à elite/dominante das cidades em detrimento dos grupos subalternos, dominados.

A destruição das estátuas coloniais, que constituíam símbolos da dominação portuguesa no território moçambicano logo após a independência nacional, foi como se fosse uma revolta o não reconhecimento dos feitos daqueles que deram suas vidas no solo moçambicano. As estátuas do Vasco da Gama e do Camões foram removidas e só voltaram a ser implantadas com a patrimonialização da Ilha. As pessoas queriam que, no lugar dessas estátuas portuguesas, fossem colocadas estátuas de personalidades nacionais que demonstraram a sua valentia nas guerras de resistência à penetração colonial em Moçambique; dos estivadores nos portos que durante séculos trabalharam e se revoltaram contra a exploração, a dominação colonial; dos shehes que procuraram se opor os desmandos dos colonizadores e lutaram para o bem-estar de seus fiéis na Ilha de Moçambique; dos escravos que construíram os monumentos, palácios, fortins, dos artesãos; e por que não?<sup>9</sup>



Figura 5 – Estátua de Vasco da Gama, que chegou a Ilha de Moçambique em Março de 1498. Foto: Lúcia Omar, maio 2012.

Funari e Pelegrini (2009, p. 9) referem que o patrimônio só tem sentido quando

reconhecido pela comunidade, que o compreende como parte daquilo que se deseja transmitir como legado para futuras gerações. Garantir a manutenção dos símbolos importantes para diversos segmentos sociais é uma forma de demonstrar respeito pelas diferentes formas de pensar, se posicionar no mundo, e isso parece ser uma forma de resguardar o patrimônio. Desse modo, torna-se também necessário compreender o indivíduo no contexto da sua realidade, porque é a partir dessa compreensão que ele passa a dar valor à sua história e, em consequência, à sua memória.

Para Mesentier (1992, p. 2), a memória é a busca no passado de informações para a compreensão do presente, através dos pensamentos, dos sentimentos, das ações e das percepções e, como resultado, a memória se apresenta como um processo de interação social entre passado e presente. Enquanto historiadores procuram através da memória pelos componentes que constituíram os contextos culturais do passado, sociólogos e antropólogos elegem a memória coletiva como elemento chave para a compreensão da constituição de práticas e comunidades imaginárias do presente. Portanto, não se trata apenas de investigar o passado através da memória, mas de procurar compreender o presente a partir das reconstruções que são feitas do passado.

No entanto, essas abordagens desconsideram uma característica da memória, que não é apenas rememorar o que foi, mas reinserir o que foi no presente, ou o que dele resta ou se quer lembrar, reinventando tanto o passado quanto a explicação do presente e das ações entrelaçadas em sua construção. A memória também é dependente do acesso à memória de outros, por exemplo, quando o filho rememora como suas as histórias não vividas por ele, mas por seus pais ou avós. Nesse sentido, a narrativa da memória não se reveste de uma condição objetiva.

A sua seleção como estudo e registro do passado, e como patrimônio de um povo, passa então não pela objetividade da memória, mas pela natureza das representações que engendra e pelas quais se mobiliza. Como documento histórico, a memória é potencialmente problemática, como também o são outros documentos, por exemplo, as pinturas. Em que pese todo documento ser construído, o trabalho de recolher memórias precisa ser bem circunstanciado e contextualizado, pois não é a memória em si que pode ser o documento, ainda que possa ser sua fonte (que permanece dinâmica, em operação), e sim seu registro (que recorta e se estabelece em um dado momento) constituindo-a como tal.

A memória é retirada da teia de lembranças e constitui uma nova narrativa, cujos pontos de contato e contradições são indicadores importantes da cultura de um grupo social, de suas representações e motivações, dos arranjos tal como percebidos

ou como se deseja que o sejam. No entanto, é nesse campo intersubjetivo, e dos registros materiais decorrentes do trabalho dessa geração ou de anteriores, que se pode construir a ideia de uma memória social.

Diferentemente da memória individual, a memória social é uma reconstrução do passado, vai se formando a partir de contribuições de diversas gerações de indivíduos. A construção da memória social implica na referência ao que não foi presenciado. Trata-se de uma memória que representa processos e estruturas sociais que já se transformaram. A memória social é transgeracional e os suportes da memória contribuem para o transporte da memória social de uma geração a outra. A memória individual é aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, onde esse indivíduo foi socializado, (MESENTIER, 1992, p. 3).

Ainda que se reconheçam distinções entre memória social e memória individual, como o faz o autor citado, na prática os dois termos têm se confundido e se entrelaçado. Não apenas como conceito, mas como construção social. No passo seguinte de sua captura institucional, por vezes a dimensão ideológica das representações que se estão engendrando é esquecida. Se há esse lado das disputas das ideologias dos interesses em jogo, por outro lado, há que reconhecer que elas atendem também a necessidade não só de um discurso social sobre o passado diante desses interesses, mas da mobilização de campos afetivos e envolve, não raro, a construção de direitos e de formas de resistência.

Arantes (1989, p. 13) observa que através dos objetos preservados e transmitidos às gerações futuras, “[...] se estabelece um contato físico, afetivo, sensorial e cognitivo tanto com o passado, enquanto lugar de acontecimentos e significados, quanto com a atualidade.” Este argumento é também partilhado por Pelegrini (2007) ao defender que o direito à memória e à preservação do patrimônio cultural de distintos grupos constitui um exercício de cidadania importante para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade. Portanto, os bens culturais de todos os grupos sociais que compõem a cidade devem ser pensados como produtos das ações humanas, constituídos de valores e significados que engendram a história do local.

Ecléa Bosi vê com clareza a problemática da memória, em um livro que é referência fundamental:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideais de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado ‘tal como foi’, e que se

daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1983, p. 17)

Mesentier (1992), como outros autores, entende que o patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação socioterritorial. Esse é o ponto problemático, e ao mesmo tempo de grande riqueza, no tema que enfrentamos aqui. E de grandes consequências na construção de um espaço comum, de uma paisagem que indique as diversas camadas de tempo de que é feita, ainda que ao fazê-lo, escondam-se nessa materialização muitas razões e, sobretudo, sejam silenciadas muitas formas que não subsistem.

É legítimo postular que a memória e o esquecimento são capturados nas representações do que se deve lembrar e esquecer, cuja construção é histórica. Mas não desejamos simplificar ao reconhecer uma dimensão ideológica, outras intervêm com a mesma ênfase nessas construções, que pertencem a campos de natureza simbólica e afetiva, do imaginário, que não podem ser reduzidos à ideologia. Mesmo a ideologia nasce de forças em conflito e contraditórias, e não apenas de forças de dominação ou do poder hegemônico. Esse é o caso particularmente complexo de Moçambique, no qual a constituição do patrimônio integrou uma política de integração e identificação nacional nos momentos da própria luta pela constituição da nação e sua afirmação.

Daí porque os autores que citamos realizam com a eleição da memória como temática identitária um problema de muitos níveis. Desde os resquícios e pistas de um passado vivido e construído em seu percurso, até a construção ideológica que justifica a preservação de certos indícios materiais que remetem a escolhas feitas no material desse passado. Mas também a memória consiste de operações que se mobilizam no desejo, não menos importante, complexo e problemático de, através da memória assim constituída na materialidade de um patrimônio, definir valores positivos e afetivos de pertença, de qualidade de vida. A relação entre a memória e o patrimônio reside justamente nesse ponto difícil: os objetos culturais, os quais constituem o patrimônio, podem – e devem – então funcionar como suportes não só de uma memória da qual não se quer afastar, mas de qualidades que se esperam encontrar.

O patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda a reativar e

reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-territorial (MESENTIER, 1992, op.cit).

Em decorrência, esse patrimônio que se quer conservar para as gerações futuras diante de processos contraditórios de construção social do espaço demanda medidas e políticas que o preservem. O objetivo ideológico da preservação da memória é, portanto, unir o indivíduo à comunidade e esta a uma nação; tanto quanto decorre de razões afetivas e simbólicas; assim a preservação visa a salvaguarda de um determinado suporte, patrimônio tangível ou intangível de qualquer perigo ou dano. Mas se olharmos não para os autores que defendem a constituição de um patrimônio, mas para os depoimentos aqui transcritos (nem uns nem outros esgotam o universo muito díspar de posições), veremos que esse entendimento não está completo.

O processo de constituição do patrimônio, não por uma condição intrínseca sua, mas por sua inserção social, gerou reações contrárias em função tanto de elementos simbólicos contraditórios que através dele e da sua proteção se evidenciam, quanto de distâncias entre o mundo erudito e o universo popular, agravadas pelas condições materiais de vida muito precarizadas para os diversos grupos que habitam a Ilha.

[...] o que está guardado da nossa história e da memória do povo, dos saberes dos emakwa na Ilha de Moçambique? Na verdade, dos palácios, da Fortaleza de São Sebastião, dos fortins e de outros, só nos chegam as histórias orais contadas pelos nossos bisavós que dizem do quanto nossos ancestrais sofreram para erguer os engenhosos edifícios, do quanto foi horroroso o processo de transporte da pedra e cal, dos milhares de escravos que por sinal, eram os ancestrais que deram as suas vidas para erguer esses monstruosos edifícios da ilha de Moçambique, entretanto, em nenhum canto desta cidade podemos encontrar um símbolo, uma estátua em homenagem aos milhares de escravos que morreram durante a construção da Fortaleza de São Sebastião, por exemplo. Em seu lugar temos apenas as estátuas de Vasco da Gama, do poeta português Luís Vaz de Camões. E no museu está repleta a história dos reis, dos governadores, dos capitães-mor portugueses e o que é que tem dos naturais? Que informações levaremos para os nossos netos? Como os saberes desse povo emakwa chegarão às futuras gerações? As histórias do Vasco da Gama, Luís de Camões, estas estão se perpetuando, porque estão escritas e estão documentadas e monumentadas. E as dos escravos, as dos construtores/obreiros, artesãos locais?<sup>10</sup>

As lembranças que se podem invocar à vontade ou os restos registrados das experiências vividas são a matéria-prima da memória humana. Esse patrimônio decidido sobre as carcaças de um passado que nos permite reconhecer parte de uma história em um lugar passam a integrar assim a experiência vivida. Essa memória no espaço vivido é herdeira da percepção dos sentidos, bem como da imaginação – de sonhos e ilusões (HORTA; DEL PRIORE, 2005, p. 4).

Essa memória, também discurso sobre o presente, nem sempre organiza a percepção das contradições sociais entre as camadas ricas e as pobres em termos libertários, guardando também outras relações que se estabelecem na colonização e a ultrapassam. Mesmo nesse caso, o presente é visto como contraditório, na verdade indicando outras zonas de conflito mais sutis, que o processo do país, atravessado pelas lutas de libertação (1964-1974, mas a independência foi declarada em junho de 1975), posteriormente por uma guerra civil (1977 a 1992, entre os partidos FRELIMO, no poder desde 1962 e que permanece no poder, e RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e pelas necessidades de construção de uma economia que também é dependente, acaba por fazer aflorar. Com a eclosão da guerra civil em Moçambique entre os anos de 1977 a 1992, a Ilha de Moçambique recebeu população vinda do interior da província e nas redondezas, que ocupou as casas de pedra e cal deixadas pelos portugueses logo após a independência nacional em 1975.



Figura 6 – Estado de degradação da maioria de casas da Cidade de Pedra e Cal. Foto: Lúcia Omar, mar. 2012

A população recém-chegada, com culturas diferentes, praticamente vandalizava as casas, usando as portas de madeira, o parque como combustível lenhoso, começaram a criar galinhas, cabritos nas casas. Nesse processo, novas distâncias são estabelecidas entre grupos sociais que passam a repartir o mesmo espaço convulsionado nessas condições históricas. Ao ponto de se entender como a formação de um “novo povo

com novo comportamento”, revelando novas zonas internas de tensão que esse patrimônio guarda.

Nasci e passei a maior parte da minha juventude aqui na Ilha de Moçambique e lembro-me muito bem de como era a vida aqui antes da independência nacional. Lembro-me do respeito que tínhamos com o nosso ambiente urbano, a forma como mantínhamos nossas casas, como eram as estradas, como as pessoas se relacionavam, porque todos os naturais da Ilha duma ou de outra forma são parentes. Na Ilha, não tinha feccalismo a céu aberto de que hoje nos batizam como sendo a nossa cultura. Os sanitários públicos eram controlados e não eram vandalizados por pessoas imorais. As praias eram limpas porque havia locais definidos para o depósito do lixo que em seguida era queimado e os tóxicos levados para o continente. Havia uma obrigatoriedade de manter as faixas das casas sempre limpas e os que não tinham capacidades para conseguir isso, recebiam apoios em materiais como cal. Após a independência, o nosso modo de viver (nossos hábitos alimentares, nossa indumentária, nossas danças, nossos rituais, nossas relações, a valorização do nosso meio) tudo mudou completamente, sobretudo quando a segunda guerra eclodiu no nosso país. A Ilha recebeu novas pessoas vindas do interior da nossa província que vinham em busca de segurança e de melhores condições de vida. Essas pessoas trouxeram seus hábitos culturais, maneira de ver as coisas diferentes e aqui se acomodaram. Essa convivência permanente com os naturais constituiu um novo povo com novo comportamento que vemos até aos nossos dias na Ilha. Portanto, houve uma simbiose de culturas e que acabou afetando negativamente os valores morais da população nativa da Ilha de Moçambique. A população natural da Ilha de Moçambique passou a pensar de uma forma diferente em relação ao que vinha pensando na questão da conservação, sobretudo dos bens patrimoniais, aquilo que construímos e aquilo que faz parte da nossa história. Eu sou testemunha e me acho mesmo testemunho no processo dessa transformação que aqui ocorreu. Infelizmente, a nova geração não quer ouvir, não quer aprender, não tem esses valores morais, não existe respeito ao próximo. A transmissão desses valores foi quebrada e consequência disso é o que vemos: a nossa sociedade a desmoronar<sup>11</sup>.

Ou conforme outra moradora:

Eu vim à Ilha de Moçambique com os meus pais quando tinha cinco anos de idade, portanto, estou aqui a viver há 63 anos. Nós viemos de Matebane, perto daqui da Ilha. O meu pai trabalhava no porto e era assimilado. Quando cá chegamos, vivíamos numa casa pequena que o meu tio havia-nos cedido. Passados alguns anos, compramos uma casa de Macuti que estava aqui onde erguemos nova casa, aumentamos dois quartos, uma sala, uma cozinha e uma latrina que está fora, junto da nossa casa. A Ilha de Moçambique era uma cidade muito bonita, todas as estradas eram alcatroadas, todas as casas tinham donos e é por isso que não havia ruínas. O governo colonial impunha regras de manutenção da beleza da Ilha e por isso dava à população cal para no período de seis em seis meses caírem as suas casas e principalmente as faixas exteriores, e isso punha a cidade sempre bonita. É um lugar que sempre foi visitado por muitos estrangeiros. A visita que aqui acontece não é de hoje, não é por ter sido patrimonializado, desde séculos este lugar foi visitado pelos árabes, turcos, holandeses, alemães, indianos, chineses, ingleses. Os árabes foram os primeiros a chegar à Ilha de Moçambique, eles vinham de caravelas, antes da era dos navios, e aqui atracavam.



Quando os navios começaram a atracar aqui na nossa costa e descarregar mercadorias, muitas pessoas tinham emprego porque trabalhavam no porto como estivadores. Vinham aqui atracar muitos navios vindos de diferentes partes do mundo, por isso, emprego não faltava, não havia muita pobreza, todos tinham algo em suas casas, porque todo adulto tinha a oportunidade de arranjar dinheiro para o seu e dos seus familiares diretos, o autossustento. Havia também riquexós, que permitia de igual modo o autossustento de algumas famílias. Tanto que esse tipo de transporte era muito usado pelas mulheres, visto que as mulheres não deviam andar sozinhas e muito menos a pé e desacompanhadas. Havia muitas formas das pessoas sobreviverem na Ilha. Após a independência, foi oficialmente abolido o uso de riquexós.<sup>12</sup>

Essas lembranças são memórias individuais que se encontram inseridas nas coletivas. Para haver a construção da memória coletiva, são necessárias as memórias individuais e é necessário que elas dialoguem entre si. É com base nessas memórias que se percebe a origem de muitos problemas tidos como atuais. Essas memórias perpassam as diversas faces e momentos da história do povo.

(...) o meu pai era assimilado e fui registrada como assimilada, por isso, com ou sem marido, eu podia circular à vontade pela cidade toda e outras mulheres que não fossem assimiladas ou casadas não podiam passear pela cidade com receio de que os militares brancos se apaixonassem pelas mulheres que na época se denominavam por indígenas ou nativas. Os militares brancos apreciavam muito as mulheres negras e os seus superiores não queriam que eles se relacionassem com essas mulheres com receio de que fossem contaminados por doenças africanas, pois isso constituiria uma vergonha para a Administração colonial. Assim, para evitar o contato, as mulheres solteiras nunca deviam passar da linha que limita as duas partes que compõem a Ilha de Moçambique.<sup>13</sup>

Segundo Pelegrini (2007), os lugares de memória constituem-se espaços de sociabilidade e reciprocidade cultural, aglutinadores e definidores da identidade de diferentes grupos sociais, sendo dotados de simbologias e valores atribuídos pelas pessoas que neles habitam, trabalham ou desenvolvem algum tipo de vínculo afetivo. O que nem sempre é harmônico ou integrativo. É o caso, por exemplo, da linha que demarca as duas configurações da Ilha, fronteira entre formas de construção, recursos e sociabilidade, profundamente introjetadas na experiência vivida e no espaço onde se vive. Possuem um sentido emocional, visto que através dele a comunidade sente-se integrada ao meio onde vive, estabelece relações de reconhecimento e de troca, posto que os lugares de memória também delimitam fronteiras culturais e de transgressão da ordem imposta, relacionando-se a marcos históricos significativos para os membros de uma sociedade.

É desse arbítrio, que é reconhecer como um patrimônio social os marcos de um passado, que emerge a consciência distinta para os grupos sociais das contradições

ainda presentes e de potencialidades poéticas e políticas dos lugares desse presente. É, portanto, necessário qualificar esse patrimônio diante de grupos e interesses heterogêneos, o que se faz através da disputa de princípios sobre como se deve transformar o espaço que habitamos. Fica o problema de como devem participar dessa transformação os grupos sociais, como valorar o campo simbólico que desejam, as necessidades prementes com as quais se deparam. O esforço de construir um patrimônio é o esforço de construir lugares públicos, que é ressignificá-los abrindo sua origem, e se entrelaça com a construção da cidadania. Essa contradição está expressa, por exemplo, no depoimento de outro morador de Macuti.

As informações de que a ilha de Moçambique já era patrimônio cultural, fomos ouvindo aos poucos, nos comícios populares, nas reuniões, nas palestras promovidas pelos técnicos da área, através da rádio comunitária e até nas canções, em dias festivos. Foi-nos dito que não devíamos mudar as nossas casas, que nós devíamos manter em casas de Macuti. No entanto, quando eu comprei essa casa, era muito pequena, e de Macuti. A minha família foi crescendo, cada dia que passava havia necessidade de melhorar as nossas condições habitacionais, isto é, a da minha família. Eu reestruturei a minha casa porque nunca alguém prestou atenção nas condições em que eu, ou seja, minha família e as de outras pessoas que viviam na cidade de Macuti. Nunca se prestou atenção nas condições de vida da população, mas sim nos edifícios coloniais<sup>14</sup>.

A cidadania se constrói quando há participação e escuta entre os diversos projetos e necessidades, e não por decreto de cima para baixo. No caso das políticas espaciais, quando acontece o reconhecimento dos direitos e o respeito aos diferentes povos e culturas.

A perspectiva do patrimônio como parte integrante da memória social também ressaltaria como um campo de conflito simbólico da sociedade, no qual se registra o jogo da memória/esquecimento, em geral vencido pelos segmentos sociais dominantes, que podem impor sua memória como a de toda a sociedade. A memória social aflora assim como portadora de historicidade; as condições de construí-la são mutáveis e ela reflete as relações políticas, de possibilidades de exercício de direitos, que cada segmento social e também cada indivíduo tem em determinado tempo (RODRIGUES, 2005, apud TOREZANI, 2007, p. 91).

### **3 Considerações finais**

Diante do conjunto das reflexões apresentadas, pode-se perceber que a construção da memória social é a de representações e construtos ideológicos, e de projetos de futuro e de pertença. Podem ocorrer por meio dos chamados objetos culturais, que não devem ser entendidos no sentido restrito de sítios e monumentos arquitetônicos,

arqueológicos, históricos e artísticos reconhecidos e protegidos por lei, mas também o pensar, a língua e todas as práticas que compõem os saberes populares, técnicas construtivas, a culinária, vestimentas, as danças, jogos tradicionais, diferentes expressões artísticas e todos os aspectos que a cultura viva pode formar. Pode reforçar o sentimento de identidade e cidadania. No entanto, pensamos que mesmo a consideração dos objetos materiais deve percebê-los em uma ambiência cultural e social, e não apenas material. O entendimento do patrimônio cultural centrado em monumentos, edifícios considerados portadores de valor histórico-arquitetônico frequentemente associados a valores europeus, inibe a participação efetiva da comunidade na sua conservação.

A fundamentação da preservação do patrimônio cultural reside na preservação – que também é a construção – de uma memória social, que então se identifica como o legado de um povo. A operação ideológica é nítida. Mas reside também nas dimensões afetivas reconhecidas por diferentes grupos em suas relações de pertença e estranhamento não só com os lugares, mas entre eles e entre diferentes projetos.

Nesse sentido, ambas as dimensões abrigam uma realidade contraditória e necessária. Sua prática pode ser conservadora ou nostálgica, mas também pode ser até mesmo de resistência cultural em muitos casos, e por essa razão implicadas na qualidade ambiental dos espaços comuns, e na construção da cidadania.

Persiste um fosso na constituição do patrimônio na Ilha de Moçambique, evidente na separação da Cidade de Pedra e Cal da de Macuti, nas condições precárias em que a população mais pobre é vista de modo depreciado, na importação de modelos de universidade e de preservação, na inexistência do enfrentamento das necessidades básicas, na reapropriação europeia desses marcos no território moçambicano. Essas contradições são percebidas com clareza pelos ilhéus no fluxo de dinheiro desigual, na apropriação, sobretudo por estrangeiros, desse patrimônio através do turismo, na existência de casas abandonadas na Cidade de Pedra e Cal, compradas por estrangeiros, e ao mesmo tempo na remoção dos ilhéus ou no descaso para suas necessidades de habitação.



Figura 7. Cruzeiros de turistas internacionais que escalam a Ilha de Moçambique duas a três vezes ao ano. Foto: Chehe Hafiz Jamú, jan. 2007.

Sabe, lembro-me vagamente como esse processo ocorreu aqui na Ilha de Moçambique. No entanto, a uma certa altura pensei que tivesse havido uma auscultação à população aqui residente nesse processo de patrimonialização, mas quando o tempo foi passando, passei a entender melhor as coisas e concluí que o que de fato aconteceu foi simplesmente informar a população do que estava se passando e quais eram os planos para a Ilha de Moçambique. É certo que não houveram obsessões com isso, a população (pessoas contatadas) gostaram de ouvir que a Ilha de Moçambique passaria a ser Patrimônio Mundial da Humanidade e que teria muitos apoios para conservar o que já tinha. Muitas pessoas andavam tristes com a destruição da Ilha de Moçambique. A cidade estava ficando velha e quando comparávamos como ela era no tempo colonial, antes da independência, ficamos muito tristes. Perdemos aquele orgulho de sermos ilhéus. As três principais estradas e todas as ruas da Ilha de Moçambique que antigamente eram pavimentadas se transformaram em verdadeiros aterros onde as pessoas entulham o lixo para disfarçar os buracos profundos. Como a cidade estava em situação deplorável, ao ouvirmos que tinha sido declarada Patrimônio Mundial da Humanidade, para nós que pouco entendíamos do que isso significava, ficamos satisfeitos, pois logo pensamos: “a nossa Ilha vai se safar da morte”. É isso mesmo, a cidade estava morrendo aos poucos e a patrimonialização significava uma salvação. A Ilha seria apoiada, porque a atenção não seria só nossa, mas sim de todo o mundo. A Ilha estava assegurada pela Unesco e isso era devolver-nos o nosso orgulho como ilhéus. Mas para a população comum isso não significou nada, pois muitos nunca chegaram a saber que importância isso tinha para suas vidas<sup>15</sup>.

O patrimônio cultural se vincula à memória e à identidade dos grupos sociais, os quais

estabelecem, através do repasse ou da transmissão de saberes e fazeres, importantes elos de continuidade espaço-temporal, além de mecanismos de afirmação e reposição identitárias. A apropriação e a coletivização do patrimônio cultural podem contribuir ou não para produzir ainda nos espaços urbanos lugares significantes, com os quais a comunidade local pode ou não se afeiçoar e se identificar, pois cristalizam fatos ou acontecimentos pessoais e transgeracionais. Em uma perspectiva positiva, a memória de uma localidade pode estar presente na produção cultural de seus moradores:

É a memória do lugar que fica registrada na música, nos versos dos poetas [...] As diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visita. Lugares que não apenas têm memória, mas que, para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória (GASTAL, 2002, p. 77).

No universo desses objetos ou suportes está o patrimônio cultural, que funciona como o ponto de apoio da memória social. Visto que esta é uma reconstrução ou manifestação continuamente atualizada do passado, formada através de contribuições de diversas gerações ao longo do tempo, a interpretação do patrimônio cultural por cada uma dessas gerações converte-se também em uma das maneiras de reconstrução ou atualização do passado. Jacques Le Goff (2003, apud HORTA; DEL PRIORE, 2005, p. 7) argumenta que “a memória não busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”, “A memória deve ser entendida como uma liberação e não uma escravidão”.

De acordo com o autor, toda memória humana pertence a alguém. Ela muda e se transforma. Ao mudar, buscando uma identidade variável, tanto o indivíduo quanto sua memória constrói “uma identidade narrativa”, ou seja, uma identidade construída na mudança. O que vale inclusive para a partilha das memórias feitas de sofrimento e dor, como Simon Schama em mais de um momento exemplifica em seu clássico estudo *Paisagem e Memória* (1996). Mas para mudar criando memória, é preciso que se tenha guardado algo do passado (HORTA; DEL PRIORE, 2005, p. 7).

É sabido, pois, que a consagração de manifestações culturais espontâneas só se realiza pelo grau de envolvimento de outros agentes sociais. Nessa perspectiva estão em jogo a memória e a identidade, interpretadas pela subjetividade dos atores na medida em que encontra ressonância na vivência do fato em si. Pode-se, então, afirmar que o patrimônio histórico cultural de um povo é tudo aquilo que lhe confere identidade, mas para tanto deve ser construído coletivamente, o que significa participativa e dialogicamente (no sentido utilizado por Paulo Freire, 1996), na medida em que é também espaço de relações humanas e, portanto, um campo para vivenciar experiências e para afirmar o direito à cidadania em sentido pleno (ULHÔA, 2011, p. 35).

A questão do patrimônio na Ilha não se resolverá por trabalhos de educação ambiental ou outras modalidades, se bem que necessários. As questões assim permanecerão intocadas, pois não se renovou o paradigma. A partir de outra estratégia, dialógica, em torno do próprio patrimônio (sua constituição, manutenção, gestão, restauração), é que os trabalhos de educação poderão também ser concebidos não como transmissão de valores prontos e já sabidos, mas como uma construção comum, igualmente dialógica no sentido que indicamos aqui. Não se vislumbram soluções fáceis.

Neste contexto que apresentamos, a recuperação do passado através do resgate da cultura é um ponto problemático e difícil nas políticas públicas. Incentivar o resgate da cultura local esquecida no tempo, promover oficinas de artesanato, gastronomia, dança etc. é importante, mas não é suficiente se tratados como objetos e não como experiências de gerações em suas lutas. Se patrimônio cultural possibilita em alguma medida o desenho da transmissão da memória social de uma geração à outra, personificando essa memória, ao mesmo tempo em que serve de suporte ao seu transporte, o desafio que se apresenta hoje em Moçambique é reconhecer e superar as desigualdades e distâncias internas. Estas reforçam antigos modelos de dominação ainda muito recentes, de modo que urge encontrar formas dialogadas que considerem o espaço vivido e o conjunto de sua produção cultural na elaboração desse patrimônio, que tendo suas formas de pedra e cal, tem também outras formas e necessidades:

A Ilha de Moçambique sempre foi e vai continuar a ser alvo de estudantes acadêmicos, quando falamos de estudantes acadêmicos, há um instrumento de pesquisa que se chama "advogado do diabo". Muitas das vezes, porque sinto bastante e vou falar isso claramente, você deve ser a sétima ou a oitava pessoa moçambicana que está me fazendo esta entrevista, mas eu já recebi mais de 80 ou mais estudantes europeus, americanos, australianos e por aí fora. Quando eles chegam aqui, acham que devem promover ou dizer que o patrimônio da Ilha de Moçambique é isto mais aquilo, ao advogarem ao diabo para chegarem à verdade, trazem uma carga de ceticismo na maneira de ser das pessoas, as pessoas locais a quem eles vão entrevistar. Eles vêm à Ilha de Moçambique e falar das pessoas que vivem na Cidade de Macuti, entretanto, se hospedam na Cidade de Pedra e Cal. Logo à partida concluímos que se essa pessoa veio à Ilha e não foi capaz de se hospedar na nossa casa, é porque não gostou das nossas condições. Entretanto, nos dizem, mantenham-se aí nessas casas de Macuti, por quê? Então, o tal advogado do diabo, que constitui instrumento de pesquisa acaba sendo um modelo de padrão de vida das pessoas de alto nível, desprezar os pobres. Então que patrimônio nós temos de valorizar, estás a me dizer que eu tenho de continuar a por Macuti na minha casa, mas você consegue viver no Macuti? Não! <sup>16</sup>

## Notas

(1) Licenciada em Geografia na Universidade Eduardo Mondlane, 2004. Investigadora na área do patrimônio em Moçambique – Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique. Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) (a pesquisa contou com bolsa da Fundação Ford). E-mail: luciaomar@usp.br\_

(2) Professor livre docente da Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP), graduação e pós-graduação. Arquiteto e urbanista (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1981), arte-educador (Belas Artes, 1984), Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU-USP, 1994, 1999), Especialização em Ecologia (Universidade São Judas Tadeu, 1996). Coordenador do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LABCIDADE - FAU-USP). E-mail: esandeville@gmail.com. Site: <http://espiral.net.br>.

(3) Entrevista concedida por Manuel Balança. Fevereiro, 2012. Entrevistador: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.

(4) Nesse período os símbolos de dominação portuguesa, sobretudo as estátuas, as imagens sacras e a maior parte das igrejas já haviam sido vandalizados, saqueados e destruídos pois, para a população, esses símbolos apenas lembravam a dominação colonial, o sofrimento. Os documentos escritos, insígnias, objetos de arte sacra encontrados nas administrações coloniais, igrejas, nas escolas foram destruídos, queimados e outros enterrados, com o objetivo de “esquecer o passado marcado de sofrimento”. Entretanto, a Campanha Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural procurou mostrar o contrário, referindo que tudo que se encontrava no território moçambicano, mesmo simbolizando a dominação e o sofrimento, fazia parte da história do povo, era o legado histórico e legítimo de moçambicanos.

(5) Entrevista cedida por Chehe Hafiz Jamú. Março de 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.

(6) No caso brasileiro, alguns autores exploraram muito bem essa dimensão nacional da cultura, como Dante Moreira Leite (*O caráter nacional: história de uma ideologia*, 1992) e Carlos Guilherme Mota (*Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974*, 1994). O título desses livros vai direto ao ponto em questionamento.

(7) Para a construção deste artigo nos valem da análise e documental sobre memória e patrimônio e de entrevistas semiestruturadas com habitantes da cidade, realizadas na pesquisa de mestrado de Lucia Omar (2013), que apresenta bem essas dificuldades. Em especial o Capítulo 4 trata dos processos históricos em que ocorre sua constituição, e nos capítulos seguintes trata das percepções de ilhéus e técnicos sobre o sentido e a gestão desse patrimônio.

(8) Entrevista cedida por Abudo Amade. Maio de 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, maio de 2012.

(9) Entrevista cedida por Chehe Hafiz Jamú, Coordenador do projeto comunitário na Ilha. Março, 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique. Março, 2012.

(10) Entrevista cedida por Chehe Hafiz Jamú. Fevereiro, 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.

(11) Entrevista cedida por Ancha (Halifa – Líder religiosa). Março, 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.

(12) Entrevista cedida por Fátima Amisse. (líder da Associação Cultural das Mulheres da Ilha de Moçambique) Março, 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.

(13) Entrevista cedida por Fátima Amisse. Março, 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique,

2012.

(14) Entrevista cedida por Ancha (Halifa – Líder religiosa). Março, 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.

(15) Entrevista cedida por Amade Ismael. Março de 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, Março de 2012.

(16) Entrevista cedida por Hafiz Jamú. Março de 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, Março de 2012.

## Referências

ARANTES, António Augusto. A. A preservação de bens culturais como prática social. *Revista de Museologia*, São Paulo, n. 1, 1989.

ARPAC – Arquivo do patrimônio Cultural/Secretária de Estado da Cultura. *Estatuto do Projeto ARPAC*. Maputo, 1986.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática. 2005

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GASTAL, Suzana. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, Suzana. *Turismo: investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Pereiras; DEL PRIORE, Mary. Proposta pedagógica: memória, patrimônio e identidade. *Memória, patrimônio e identidade*, Boletim n. 4. São Paulo, 2005. Disponível em; <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/145632MemoriaPatrlident.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996. (Enciclopédia ultramarina portuguesa).

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

MESSENTIER, Leonardo Marques de. *A renovação preservadora: um estudo sobre a gênese de um modo de urbanização no Centro do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1987*. Dissertação (Mestrado.) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Breve apresentação histórica do Ministério da Cultura*. Maputo, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1994,

OMAR, Lúcia Laurentina. *Os desafios para conservação ambiental e patrimônio cultural na Ilha de Moçambique*.



Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

PELEGRINI, Sandra C.A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Revista Patrimônio e Memória*, v. 3, n. 1, p. 95, 2007.

PEREIRA, L. Felipe. Algumas notas sobre a Ilha de Moçambique – patrimônio histórico nacional em degradação acelerada. In: *Arquivo*, Maputo, n. 4, out. 1988.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TOREZANI, Julianna Nascimento. *O patrimônio arquitetônico de Ilhéus em sites informativos de turismo*. Ilhéus. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2007.

ULHÔA, Inês. Entre carnes e livros: a história de um açougue cultural (Brasília-DF). *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/179/149>>. Acesso em: 13 set. 2012.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2006.

Recebido em: 19/02/2014

Aceito para publicação em:17/11/2014